



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

### Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica  
*Especialização em Direito Administrativo e Administração Pública*

#### Unidade curricular

Direito das Relações Jurídicas de Emprego Público  
(Emprego público e direitos fundamentais)

#### Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Ana Fernanda F. P. Neves

#### Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

#### Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Pretende-se que os estudantes adquiram uma compreensão alargada dos princípios, conceitos e instrumentos jurídicos do Direito do emprego público.

Pretende-se, em particular, que, a partir de uma visão cosmopolita e multinível dos direitos fundamentais, reflitam sobre a posição jurídica do trabalhador na relação de emprego público

#### Conteúdos programáticos

##### **I – Direito do emprego público**

##### 1. Delimitação

1.1. Função pública, emprego público e relação jurídica de emprego público

1.2. O regime português do emprego público e os modelos de organização dos empregos públicos

1.3. As fontes. A influência cruzada da internacionalização e da europeização do Direito Administrativo e do Direito do Trabalho

##### 2. A relação jurídica de emprego público

2.1. Traços de identidade

2.2. Os sujeitos da relação jurídica

2.3. O objeto da relação jurídica

##### **II – Os direitos fundamentais e a relação jurídica de emprego público**

1. Constitucionalismo multinível e âmbito de proteção dos direitos fundamentais do trabalhador público

##### 2. Categorias principais

**2.1.** Direitos de igualdade: igualdade e não discriminação

a) No acesso a emprego público

b) No âmbito da relação jurídica de emprego público

c) No contexto da cessação da relação jurídica de emprego público

**2.2.** Direitos de liberdade



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- a) Liberdade de expressão
- b) Liberdade religiosa
- c) Direito à reserva da vida privada: *v.g.*, proteção de dados pessoais, controlo e vigilância tecnológicos no local de trabalho, os tempos de não trabalho
- d) Denúncia de atuações contrárias ao interesse público e a proteção dos “whistleblowers”
- e) Direitos de participação política

### 2.3. Direitos laborais

#### 2.3.1. Direitos laborais individuais

- a) Direitos remuneratórios
- b) Direito ao repouso e o direito férias periódicas pagas
- c) Direitos à segurança, higiene e saúde no trabalho
- d) Direitos do trabalhador-estudante

#### 2.3.2. Direitos laborais coletivos ou de exercício coletivo

- a) Liberdade sindical
- b) Direito à negociação e à contratação coletivas
- c) Direito à greve
- d) Direito de reunião

### Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os tópicos do ponto I do programa permitem a familiarização com aspetos estruturais do Direito do emprego público, em sintonia com o objetivo da unidade curricular de proporcionar um conhecimento essencial e integrado da disciplina. Por outro lado, o ponto II do programa fornece um quadro sistemático dos direitos fundamentais do trabalhador público e permite pensar várias questões jurídicas e a resolução de casos a partir da dogmática dos direitos fundamentais, no quadro de um constitucionalismo multinível.

### Metodologias de ensino (avaliação incluída)

O ensino assenta na articulação entre a análise dogmática e o estudo de casos.

Convida à participação, ao questionamento e à revisitação de temáticas lecionadas pelo seu cruzamento em contextos diversos.

A estruturação de planos de aula e a disponibilização de materiais de apoio, prévia e posteriormente a cada aula e o assegurar em contínuo de esclarecimentos pelo docente são pensados para ajudar os alunos na sua própria aprendizagem.

\*

A avaliação pondera em igual medida o resultado de prova escrita (2 horas) e o resultado de trabalho escrito (a entregar até 24.05.2019) sobre um dos tópicos do ponto II do programa (média de 15 páginas de texto, excluindo índice e bibliografia). Ponderação específica da participação nas aulas, se assim se justificar: 10%.

### Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O tratamento integrado e reflexivo dos temas permite a apreensão dos diversos conceitos, princípios e regimes, a procura de soluções jurídicas tecnicamente informadas e, bem assim, a construção de um entendimento crítico e cosmopolita das questões.

A realização de trabalho escrito permite que os estudantes exercitem as qualidades de reflexão e escrita jurídicas e dá-lhes *feedback* significativo para a melhoria da aprendizagem.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

### Bibliografia principal

- NEVES, AF. *Direito do emprego público local*, 2019, no prelo
- QC, Robin Allen et al. *Employment Law and Human Rights*, Third edition, 2018
- AAVV. *The European Convention on Human Rights and the Employment Relation*, edited by Filip Dorssemont, Klaus Lörcher, Isabelle Schömann, 2013
- MANTOUVALOU, Virginia. “Labour Rights in the European Convention on Human Rights: An Intellectual Justification for an Integrated Approach to Interpretation”, *Human Rights Law Review*, Volume 13, Issue 3, 1 September 2013, pp. 529-555
- CANOTILHO, J.J./VITAL MOREIRA. *Constituição da República Portuguesa anotada*, vol. 1, 4.<sup>a</sup> ed. Revista, Coimbra Editora, 2007, e Vol. 2, *idem*, 2010: anotação aos artigos 47.º, 243.º, 266.º, 269.º, 270.º e 271.º da CRP
- MIRANDA, Jorge e MEDEIROS, Rui (org.) – *Constituição Portuguesa Anotada*, Volume I, 2017, UCP, e Tomo III, Coimbra Editora, 2007: anotação aos artigos 47.º, 243.º, 269.º, 270.º e 271 da CRP
- Outra a indicar nas aulas.